



ATA N.º 24/XI/2016

Reunião Extraordinária de 28/10/2016

Aos vinte e oito dias do mês de Outubro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas dezassete horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Pedro Manuel da Silva Aniceto, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Edgar Manuel Almeida Cantante.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017	2
2. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI	9
3. LANÇAMENTO DE DERRAMA	11
4. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS	17
5. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO 2017	18

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Em virtude da Reunião ser Extraordinária não existiu período antes da ordem do dia passando-se de seguida ao período da ordem do dia.

O Sr. Presidente apresentou, e explicou, a proposta abaixo transcrita

1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017

“Em conformidade com o estabelecido na alínea c) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o nº1 do art. 45º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, foram elaborados os documentos previsionais para o ano de 2017.

Assim, proponho a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2017, e posterior remessa à Assembleia Municipal para aprovação nos termos da alínea a), do nº1 do art. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.”

Após a apresentação, e explicação, da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento que consideram que isto vem numa linha de intervenção já anterior e o Sr. Presidente já explanou as justificações consideradas, no entanto, consideram que deveriam estar aqui contempladas outras áreas, nomeadamente continuam a pensar, para já, no preâmbulo, o Bloco de Esquerda sempre tem defendido que deveria ser implantado um orçamento participativo, a construção de um orçamento onde houvesse contributos de diversos setores da nossa comunidade e que este fosse construído nesse sentido. Claro que sabemos que um processo destes demora algum tempo e dá algum trabalho mas há exemplos, neste momento, já em Portugal que dão provas disso em que existe outro envolvimento, outra responsabilização, outro ato de cidadania por parte da população em relação ao Orçamento, daí que deixem esta nota que mais uma vez o Orçamento foi feito, não está a dizer que está mal feito, claro que é esta fórmula existente, um programa que já existe e portanto os contributos dos diversos sectores e pelouros da Câmara que dão origem a este Orçamento, para já, na sua conceção o Bloco de Esquerda defende outra dinâmica na construção de um orçamento e consideramos que dá para que as populações se revejam mais neste tipo de orçamento.

Disse, ainda, que neste Orçamento há algumas questões, nomeadamente algumas, sobre a Requalificação Urbana em que existe uma intenção, porque estão dependentes de fundos estruturais que vem da Europa e que não sabem como vai ser com esses fundos, portanto, isto ficará como uma expectativa, um entusiasmo mas em termos de concreto ficará sempre esta dúvida, portanto gostariam que houvesse algum que se concretizasse mais porque em termos das zonas urbanas antigas continuam degradadas, como já foi falado, vão-se deteriorando e começou-se a desenhar o projeto da Requalificação Urbana, que durou ao longo de todo este mandato, em que se fizeram algumas sessões, mas em entender do Bloco de Esquerda deveriam ser dados uns passos um pouco mais largos para que a alteração deste estado degradante dos núcleos urbanos se vá minorando porque olha-se para o núcleo central da Moita, e para o núcleo central de Alhos Vedros que continua em escombros e que se pensa que a parte da população que ali vive acaba por indo coabitando com aquilo, mas aquilo não corresponde a uma qualidade de vida que as pessoas que vivem nestes locais merecem, daí registarem esta nota de que gostariam de ver algo mais, no Orçamento, concretizável neste setor.

Em relação à componente cultural, já se tem falado nisto em anteriores discussões de Orçamentos e de Opções do Plano, o Concelho está, realmente, a carenciar de uma outra atenção à componente museológica, vai-se tornando aqui mais uma atenção à museologia, mas neste momento 2016/2017 ainda não temos aquilo a que se possa chamar um museu com uma referência, como por exemplo vê-se o antigo estaleiro do Mestre José Lopes, seria um núcleo desse museu que seria uma sala de visitas

para ser visitado por pessoas do Concelho e de fora, existem também outros núcleos em termos rurais que fazem parte de memórias e parte cultural do Concelho e muitas das coisas vão-se perdendo no tempo, muitas memórias se perdem neste Concelho, acrescentou ainda, que o Centro Documental do Concelho, que já foi em tempos falado que deveria mudar de sitio e deveria ter outro tratamento que, efetivamente, o Centro Documental, à qual chama “a nossa Torre do Tombo”, onde se encontram documentos muito importantes para este Concelho, continua um pouco embrulhado, e claro que isto não é só culpa da Câmara uma vez que o Poder Central também tem as suas culpas, mas pensa que era hora de se olhar para esta componente da preservação do património cultural e histórico, nesta perspetiva de memórias, deveria ser encarado de uma forma mais profunda, não está com isto a dizer que não tenha sido feito nada, mas para além daquilo que foi feito pensa que há todo um trabalho que tem que ser aprofundado.

Sobre a zona ribeirinha, apesar de virem referidos alguns aspetos que vão acontecendo, temos 20 Km de zona ribeirinha e poderíamos dar-lhe uma outra relação com a população e tirar-se proveito em termos de potencialidades culturais, turísticas que poderiam ajudar de certa forma a desenvolver o Concelho que como se sabe na componente industrial está a ressentir-se da derrocada de anos que foram tendo todas as indústrias que aqui estiveram, portanto temos que nos virar para outro lado e aqui deveria também estar uma referência mais acentuada e com mais ambição na zona ribeirinha, portanto não iria adiantar muito mais em termos de contas, porque estas nunca as coloca em causa porque batem certas e não vai, com certeza, questionar porque se pôs mais numa rubrica que numa outra, portanto da parte do Bloco de Esquerda certamente iriam incidir mais nos aspetos que disse, acrescentando que se irá abster, como o fez no ano anterior, portanto não trazem um Orçamento alternativo, e se o fizessem votariam contra este, mas como não é essa a postura deixam estes reparos e ir-se-ão abster na votação.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse que iria ser muito breve, até porque confessa que o tempo, não por culpa de ninguém, apenas pela substituição, teve muito pouco tempo para ver a documentação, já no ano passado tinha ideia de ter intervindo sobre a questão que quer colocar, está-se perante um documento de Grandes Opções, está-se perante um documento estrutural que não havendo soluções mágicas faz a manutenção do que está feito e da base instalada (em linguagem tecnológica) mas que fala em Grandes Opções do Plano e a Grande Opção do Plano para o Concelho terá que ser, obviamente, numa senda de desenvolvimento, de atração e não encontra na breve leitura que fez deste documento uma aposta clara e marcada, mesmo que seja uma intenção, de atrair, e quando estamos a pensar em atrair temos, em vez de perder população, de fazer perder não no sentido de abandonar fisicamente o Concelho, mas sim de migrar ludicamente ou intelectualmente ou culturalmente para outros concelhos vizinhos e marginais do da Moita, uma opção que nos permitisse dizer que queremos uma aposta clara em trazer mais gente, seja ela do ponto de vista social, seja ela do ponto de vista industrial ou comercial temos que abrir alguma janela que faça alguma luz, em seu entender, sobre esse desenvolvimento e não criticando um Plano que tem que olhar, obviamente, para a manutenção do estado do Concelho, nomeadamente, com aquelas questões que nem tem alternativa, não se pode deixar de manter, não se pode deixar de asfaltar, não se pode deixar de cuidar de zonas que são constantes todos os anos, mesmo as despesas ditas pelo Sr. Presidente, essas à partida são, apesar de não ser gasto, no início de cada ano, todo o Orçamento saberemos que lá chegaremos seja nos subsídios de transportes, seja nos combustíveis ou nas comunicações, seja no que é feito, mas claramente, embora repita, não haja milagres nesta matéria, temos que futuramente olhar para um plano estratégico, não é num ano, não é em dois, não é em três, que faça alguma luz sobre esta questão.

Sr. Vereador Edgar Cantante – Disse que todos os anos se debate esta questão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, e são conhecidas as posições da Câmara e as posições da oposição, e é certo que o dito pelo Sr. Presidente é verdade porque há uma parte logo no início de cada ano que está

pré-definida e que importa em mais de 2/3, de qualquer modo a questão que o Vereador Pedro Aniceto levantou é uma questão de fundo, que consideram importante porque é a única forma de haver saldos significativos uma vez que o Orçamento está preso a uma verba significativa para amortizar o empréstimo, todos os anos, não ficando uma grande folga até esta dívida ser paga e, portanto, tem que haver novas apostas e é aqui que têm insistido, ao longo das discussões, no sentido de trazer mais pessoas, mais investimento e mais empresas, sabendo, no entanto, que não é uma área fácil devido à crise nacional e mundial, mas tem que haver um esforço, uma reflexão e uma pressão nesse sentido, porque sem isso não se consegue dar o salto. Mais acrescentou que também defendem o orçamento participativo, mas neste Município o Orçamento tem pouca margem para dar às pessoas a escolha de novos investimentos, e como se verifica no Orçamento não existem grandes obras, porque não pode haver em função das verbas que não existem e portanto aquilo que há são obras de reparação e de manutenção e nomeadamente em áreas que são fundamentais. Disse ainda, e para terminar, que ao longo das discussões dos vários orçamentos, apesar de não serem técnicos nem terem conhecimento aprofundado destas áreas, também foram melhorando os conhecimentos e foram sendo esclarecidos, mas de qualquer modo perguntou sobre uma verba, que é 320 mil euros dos encargos de cobrança, e não sabe ao certo se este valor se refere à questão da faturação, pensa que é dos CTT por causa da cobrança da água, portanto era só esta a questão que lhe levantou alguma dúvida em termos das rubricas.

Sr. Vereador Vítor Duarte – Disse que queria fazer um apontamento muito ligeiro e não vai falar das contas porque pouco haverá para dizer uma vez que do ponto de vista técnico estará corretíssimo uma vez que os orçamentos são sempre baseados numa média dos últimos dois anos e o que queria salientar é aquilo que já foi falado pelos outros vereadores, em relação ao grande Plano que teremos para o Concelho da Moita, considerando que foi feito um trabalho bastante interessante na área desportiva e até na área cultural, mas como é evidente nunca se está satisfeito com o que existe e queremos sempre mais, pensando que existe capacidade e possibilidades de trazer um maior desenvolvimento quer no aspeto desportivo quer no aspeto cultural para o Concelho, que bem merece e está carenciado, por outro lado teremos também que redescobrir uma fórmula de manter e trazer jovens para o Concelho, que tragam mais valia na sua capacidade de trabalho, de decisão, isso seria muito importante porque quem percorre as ruas, do Concelho, e vê, cada vez mais, casas fechadas e abandonadas, sinónimo das pessoas a saírem não só pela morte mas também por abandono da terra e isto de certa forma deixa-o um pouco triste. Mais acrescentou, que o Partido Socialista já propôs, por algumas vezes, a implementação de um orçamento participativo, sabendo que não é fácil mas se se começar a fazê-lo talvez as pessoas se aproximem mais do executivo camarário, talvez as pessoas se sintam mais ligadas aquilo que o executivo vai fazendo, por outro lado, espera que as verbas que pensa que chegarão ao Concelho para a revitalização das zonas degradadas, para a criação de interesse e desenvolvimento ribeirinho possam vir ao encontro daquilo que foi dito e trazer mais gente para o Concelho.

Sr. Presidente – Sobre a questão colocada dos 320 mil euros disse que estes encargos de cobrança, são encargos cobrados pela Autoridade Tributária, por pagamento da sua cobrança de impostos municipais, portanto ficam com uma percentagem daquilo que recolhem, no IMI pensa que é 2,5%, no IUC são 5% e nos outros também anda à volta desta ordem de grandeza.

Sobre as outras questões colocadas disse que acha que é uma discussão muito interessante a questão da população, do crescimento populacional e da atração, é muito interessante e é muito complexa, é mesmo algo que não se pode reduzir a meia dúzia de frases feitas, e por isso, diria que o perder ou ganhar população no atual contexto do nosso País não quer dizer muito sobre cada um dos Concelhos, veja-se, como exemplo absoluto disso, o facto de Lisboa estar a perder habitantes há vinte anos, e no entanto ninguém põe em causa porque Lisboa é Lisboa e tem as características que tem, o número de

concelhos, neste momento, no nosso País que estão a perder habitantes são cada vez mais, porque temos um problema demográfico grave, muito grave, portanto a pressão demográfica é uma evidência que leva a que o número de concelhos que perdem população estejam em crescimento, aliás outra coisa não era expectável quando a população do País está a decrescer, portanto relacionar isto com os fatores locais, enfim, existem sempre fatores locais que explicam dinâmicas populacionais mas neste caso em que existe esta situação do nosso País procurar apenas nos fatores locais a explicação para as diminuições das populações é um exercício de má ciência, e a questão da atratividade do investimento, designadamente, tem vários fatores, tem um fator de partida que é as condições que cada concelho tem, que cada território tem, que são aquelas e que não são outras, como por exemplo, a Auto-Europa instalou-se bem perto do nosso Concelho, em 1996/1997, e podemos pensar porque é que não veio para a Moita, e deu duas razões óbvias porque não veio para a Moita, porque não havia autoestrada que chegasse à Moita e porque a distância ao Porto de Setúbal, que é a principal via de escoamento da Auto-Europa, era metade daquela que seria na Moita, ou seja, nenhum investimento se faz na base das taxas que uma Câmara possa oferecer, se for um terreno do tamanho do da Auto-Europa ainda seria uma coisa a equacionar, mas mesmo assim em investimentos de centenas de milhões de euros o valor dos terrenos, ou o valor das taxas, ou mesmo o valor da derrama são fatores insignificantes, não é por isso que aquele tipo de investimento escolhe os sítios, escolhe pelo tipo de localização que tem a ver com o acesso às matérias-primas, com o escoamento dos produtos e com outros fatores, como por exemplo, fazem com que atualmente a região de Lisboa tenha fatores extremamente negativos para a atração de investimento, questionou, ainda, se alguém dos presentes tinha falado com alguns dos expositores que estiveram na Exposição da Feira de Energia que se realizou, em Setembro, no Concelho porque havia alguns dos expositores cujas fábricas, neste momento, estão no Alentejo e isto porque a comparticipação dos Fundos Comunitários para os investimentos, naquela zona, é 85% e para Lisboa não há, e outra coisa que é ainda mais irracional, de alguns pontos de vista de quem define que as coisas são assim, é perfeitamente racional, os Fundos Comunitários para o investimento no território do leste da Alemanha, da antiga República Democrática Alemã é maior do que na Área Metropolitana de Lisboa, porque eles ainda são zona de convergência e Portugal, na média europeia, pensam que já é rico porque tem uma estatística completamente distorcida, portanto tem-se um território onde Lisboa, com a macrocefalia do nosso País, Lisboa distorce quaisquer estatísticas e, depois, somos tratados do ponto de vista europeu como zona rica, portanto qualquer investimento, hoje em dia, em vez de se instalar na Península de Setúbal se andar trinta quilómetros para o lado instala-se em Vendas Novas e tem o dobro das comparticipações e como é obvio esta situação não é culpa nem da Câmara da Moita, nem da de Palmela, nem da do Barreiro, portanto temos os fatores que temos e são o que são, agora nós pensamos e sempre pensámos que as questões da atratividade fazem-se também pela qualidade de vida que possamos oferecer, ou seja, se tivermos zonas ordenadas, se tivermos serviços urbanos e serviços públicos adequados, esses são os fatores que levam a quando, designadamente, já não há escolha do investimento mas há escolha de uma zona para habitar, mas também temos várias carências a esse nível, algumas serão nossas porque naturalmente não está tudo resolvido, mas existem outras que nos ultrapassam largamente, como por exemplo, um casal que hoje em dia case, mesmo de classe média, que trabalhe num hospital em Lisboa, por exemplo um casal de médicos, entre escolher vir morar para a margem sul, para a Moita designadamente, ou ir para Odivelas ou para a Amadora, existem fatores que não dependem da Câmara, ou seja, um casal saber que tem o Metro à porta e que se coloca no Hospital de Santa Maria, por exemplo, em 30 minutos, são fatores que não os levam a vir morar para a margem sul porque, hoje, para se chegar a Lisboa o sistema de transportes é miserável, e já não se fala só da margem sul mas da periferia de Lisboa, porque também já se aplica a Loures e a Vila Franca de Xira e algumas zonas mais afastadas de Sintra e mesmo de Mafra, os transportes não existem, portanto a mobilidade aqui é cara, má e difícil, logo não podemos ficar surpresos de haver 2/3 da população da Área Metropolitana de Lisboa nos Concelhos periféricos de Lisboa porque aí há condições que deste lado não existem e os que vieram para aqui, vieram engrossar o eixo da ponte, por isso, Almada e Seixal tiveram o crescimento

que tiveram nos últimos anos, ou seja, isto tudo para dizer que, naturalmente, os fatores locais existem, tem importância, a qualidade do território é importante mas há fatores que ultrapassam claramente a capacidade e aquilo que as autarquias definem ou não definem, mas do ponto de vista daquilo que está ao alcance fazer a Câmara da Moita tem, há muito tempo, o território devidamente definido, tem do ponto de vista urbano uma organização urbana que não deve nada a qualquer outra da nossa região, tem o novo Plano Diretor Municipal que previa e pretendia, já chegou foi tarde nalguns aspetos, mas pretendia ultrapassar alguns estrangulamentos herdados de antes, designadamente o estrangulamento que tem a ver com a situação que as pessoas apontam em Alhos Vedros, sobretudo, de uma vila que está perfeitamente “amarrada” num “colete de forças” com as indústrias antigas, mas as indústrias antigas, quando o primeiro Plano Diretor foi feito, na segunda metade dos anos oitenta o objetivo foi defender a indústria, logo aquela zona ficou classificada como zona industrial, mas vinte anos depois a indústria tinha desaparecido perante a impavidez dos Governos, portanto as indústrias foram-se embora, mas as zonas ficaram como zona industrial até à alteração do PDM porque houve interesses uma vez que o imobiliário estava em grande expansão, mas a verdade é que houve interesses da instalação, designadamente, de comércio em vários pontos de Alhos Vedros e tinha que se dizer que não porque era uma zona industrial e só depois da revisão do PDM, e esta chegou dez anos atrasada, porque senão, não eram todas, mas algumas zonas de Alhos Vedros que estão a cair, hoje podiam lá ter outras coisas, portanto pensamos que o ordenamento do território, os serviços urbanos e a qualidade urbana são os fatores para atração, sabendo nós que competimos com outras zonas que tem os mesmos objetivos, que tem as mesmas práticas e que tem algumas vantagens comparativas, nalguns casos em relação à Moita, por exemplo o Montijo cresceu desde a Ponte Vasco da Gama, a Moita também cresceu, mas cresceu menos porque a ponte sai no Montijo e não noutra local.

Uma última nota, para falar do orçamento participativo, disse que os vereadores da oposição defendem o orçamento participativo, ou seja, dizer às pessoas que podem escolher entre uma rua ou outra coisa qualquer, em quinze dias, nós pensamos que a participação faz-se no ano inteiro, faz-se com a proximidade e com as instituições que estão no território, com as comissões de moradores, com o movimento associativo, com as escolas, com as juntas de freguesia, portanto faz-se ouvindo o que dizem e acolhendo o que dizem e procurando dar respostas aos seus anseios, porque orçamentos participativos como o que o Governo, agora, está a lançar que, se aplicado na mesma proporção ao orçamento municipal, era para escolher três mil euros ou orçamentos participativos, como em Lisboa, que é uma votação on-line, onde se escolhe entre uma rua e uma outra coisa qualquer, sinceramente, orçamentos participativos, isso não chamamos participação, isso é a “espuma” da participação, é só mesmo a “espuma” porque se se der um sopro aquilo não vale nada.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse ter estado a ouvir atentamente, sendo este o momento em que se debatem as ideias e se fala em diferentes ideias e em ideias comuns, portanto este é um assunto que merece uma abordagem muito profunda, que é a realidade do Concelho e até na introdução das Grandes Opções do Plano e deste Orçamento é referido um relatório que é muito importante, o do REOT, e se se o olhar com atenção vê-se que é um trabalho extraordinário porque tem dados concretos e pensa que este documento é importante porque dá algumas pontas de análise que levam a compreender que nestes últimos anos, por onde certos setores da margem sul caminharam em termos de desenvolvimento, e realmente se for lido com atenção este chega a pôr em causa que, às vezes, grandes infraestruturas foram anunciadas debaixo de um grande alarido e exprimido pergunta-se, hoje, se aquelas grandes infraestruturas o que é que serviram para desenvolver as zonas onde estamos, portanto, às vezes, para se perceber isto temos que nos interrogar, portanto houve uma estratégia, que se calhar tem que se ir para a Área Metropolitana de Lisboa perguntar, porque isto é uma estratégia que é mais macro, para vermos aqueles investimentos todos numa época em que chegou muito dinheiro ao País, entrou-se numa onda de construções e de infraestruturas que o REOT alerta em que medida é que tudo aquilo contribuiu para o desenvolvimento das regiões onde estamos,

é uma grande interrogação que vem naquele relatório e temos que tirar daí as ilações e em relação ao Concelho da Moita, propriamente dito, nesse relatório também vem alguns dados que são realidades, também não se pode esconder isso, mas que nos devem ter ali como uma bússola, para que se possa ver onde é que se pode melhorar aqueles dados, como por exemplo a questão das taxas de insucesso e de abandono escolar, o Concelho está numa das maiores percentagens da nossa Área Metropolitana, a questão de desempregados no setor jovem, portanto continuamos com valores, em termos percentuais, muito elevados em relação a outros concelhos, portanto se pusermos o Concelho da Moita em cima da mesa vamos ver que é um Concelho complexo no tecido social com uma característica multicultural muita aprofundada, o extrato social e económico das pessoas é considerado muito humilde e simples e isso dá estas consequências em termos da sua relação com a educação, as questões da saúde e do emprego, isto tudo vem-se a ressentir, portanto aquilo são dados que nos levam a pensar, seriamente, em que caminho é que temos que entrar para que haja alguma alteração ou mudança no outro sentido do Concelho, pensando que realmente não se tem nenhuma varinha mágica mas, não há dúvida, que são fatores que devemos ter em cima da mesa que nos preocupam e que temos que trabalhar no sentido da matéria prima que temos sabermos como a iremos manusear para alterar este estado de coisas. Acrescentou ainda que devia haver outro sentido para a zona ribeirinha, algumas coisas tem sido feitas, mas outras coisas não tem sido feitas, e se calhar poderão estar ao alcance da Câmara, como por exemplo, os barcos tradicionais que chegam ao Concelho, temos dois cais o de Alhos Vedros e o da Moita e talvez o cais de embarque do Gaio, mas a passadeira que foi destruída no Rosário não sabe até que ponto para aproveitar melhor o fluxo das marés em que medida não era útil haver um outro ponto de embarcação para que se pudesse usufruir disso, isto é só um exemplo que, se calhar, tem que se começar a ver qual é que é o sentido daquilo que temos em termos de inverter algum outro sentido que é atrair pessoas para este Concelho porque já vimos que existe um potencial que pode ser aproveitado, portanto era nesse sentido que disse que era bom ponderar-se sobre isso e é sobre essas coisas que muitas vezes tem que haver confluências e convergências, portanto isto tem que ser entendido em todas as forças que coabitam aqui e tem que se fazer um esforço neste sentido, porque existem coisas muito sérias, que vem de arrastamento de há muitos anos e muitas vezes são decisões exteriores ao Concelho, mas também há responsabilidades dentro do Concelho porque houve opções, como sabemos, na altura da euforia da construção, houve uma política de grande entusiasmo e agora olha-se para trás e vê-se o que ficou, há uma série de escombros que ficaram para trás, mas agora pensa que há muitos construtores que estão a retomar e até a requalificar algumas casas, pensando ser interessante esse repensar da situação, mas efetivamente este período de muita euforia e de dinheiro fácil que chegava e desaparecia rapidamente esfumou-se e hoje estamos a pagar uma fatura de um período que foi de crescimento mas em termos de desenvolvimento não houve, portanto o REOT alerta que este modelo mais macro, para toda uma região, hoje as pessoas ressentem-se e interrogam-se se este teria sido o melhor caminho, pensando que esta é uma das grandes lições que se tem que apontar até para se ir melhorando as intervenções.

Sr. Presidente – Informou, ainda, que pelo quarto ano consecutivo não se propõe qualquer aumento das tarifas e das taxas do Município o que, na prática, significa uma diminuição, em termos reais, dessas mesmas taxas face a uma inflação que este ano ronda o 1,5%, portanto significa que está-se também por essa via a conseguir duas coisas, está a conseguir aplicar a política da CDU e a cumprir as funções da Câmara sem repercutir para os munícipes o agravamento de taxas, tarifas e impostos.

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com três votos contra dos vereadores do PS e uma abstenção do Vereador do BE.

Submeter à Assembleia Municipal.

Foram apresentadas declarações de voto pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda que abaixo se transcrevem.

Declaração de voto do Partido Socialista

“Considerando que as grandes Opções do Plano e Orçamento são dos documentos de maior importância para o desenvolvimento do Concelho, os vereadores do PS, entendem que estes documentos deverão responder maioritariamente aos anseios e expectativas mais prementes dos nossos munícipes.

Daí que se entenda que deva ser apresentada uma estratégia de ação com propostas credíveis e concretas, direcionadas para o desenvolvimento económico e social e apostando numa melhor e maior qualidade na prestação de serviços, que dê mais bem-estar e qualidade de vida aos nossos concidadãos.

Novamente propomos a implementação do programa “Orçamento Participativo”, que permita a ativa participação das populações e a sua maior aproximação ao Poder Local.

Este orçamento e em semelhança a anos anteriores, não devolve esperança aos munícipes, e a repetida afirmação de que a diminuição das verbas provenientes das transferências do Estado não permite que se faça mais obra, não colhe, basta verificar os valores do IMI recebidos. A diminuição da receita proveniente do Orçamento de Estado, é muito inferior à receita com o aumento de IMI, do IUC, IRC e Derrama.

Todos estes montantes saem diretamente dos bolsos dos nossos munícipes, contribuindo assim para o agravamento da débil situação económica das famílias, do comércio e tecido empresarial.

Temos uma visão distinta da forma como deve ser a atividade do Município, que deveria inverter esta situação, dando um sinal inequívoco nesse sentido, diminuindo ainda que ligeiramente estes impostos.

A situação atual obriga a outras medidas estratégicas, criando condições para a captação de novas empresas, criação de novos empregos e fixação de jovens no Concelho.

Por estes motivos e por considerarmos que a presente proposta de Plano e Orçamento para 2017 assenta as suas orientações numa linha de continuidade, relativamente aos anos anteriores, logo sem inovação e sem ambição, com uma estratégia rotineira do dia-a-dia, os vereadores do PS, votarão contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento.”

Declaração de voto do Bloco de Esquerda

“Esta Sessão de Câmara é uma das mais importantes entre aquelas que se realizam periodicamente, uma vez que estão em apreciação dois documentos fundamentais para a vida do município e dos cidadãos que aqui vivem, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2017.

Estamos conscientes que este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017, são o reflexo do contexto político em que vivemos, refletindo-se por via de decisões centrais, e de decisões locais levadas a cabo pela maioria CDU, que tem governado o Município da Moita, ao longo das últimas décadas.

Conforme apresentámos no nosso programa eleitoral, defendemos a implementação do processo de Orçamento Participativo, como forma de contribuir para o aprofundamento da Democracia Participativa e de incentivo à intervenção dos munícipes na vida do poder local. Mais uma vez as estruturas que fazem parte da nossa comunidade e a população em geral ficaram à margem deste orçamento. O BE sempre defendeu e defende uma maior participação e responsabilização nas decisões sobre a utilização dos dinheiros públicos. Continuaremos a persistir nesta proposta que deve ser trabalhada e organizada antecipadamente.

Tendo presente o REOT (Relatório de Estado do Ordenamento do Território), que foi aprovado em sessão de Câmara, em anos anteriores, estamos conscientes dos índices de desenvolvimento que pairam sobre a nossa região e principalmente no Concelho da Moita, onde os indicadores da fragilidade socioeconómica são notórios, comparativamente com os outros concelhos da AML.

Apesar de nas Grandes Opções do Plano/2017 ser feita referência a previsões de intervenção da requalificação urbana, nos núcleos urbanos mais degradados, ficamos com o “entusiasmo” das expectativas, porque na realidade nada existe de concreto para uma alteração do estado de degradação da zona urbana central de Alhos Vedros e da Moita.

No plano da defesa da preservação da nossa identidade cultural, continua a ser ignorada a implementação de um projeto de museologia, que contemple a criação de um museu no Concelho da Moita, que para além da sua importância cultural será também uma referência de valorização para quem nos visita.

Neste documento agora apresentado, embora sejam referidas algumas realizações, continua a manifestar-se a falta de uma estratégia que salvguarde o nosso património natural e cultural, onde se valorizem as suas potencialidades como polos de desenvolvimento e de promoção turística. Sendo o Concelho da Moita, um Concelho ribeirinho, continuamos a menosprezar condições e potencialidades existentes junto ao rio, para a promoção de projetos e de atividades de interesse local e regional.

Pelas razões atrás expostas, e na perspetiva de que é urgente uma intervenção social, económica e cultural, não só da responsabilidade do poder central, mas também através da iniciativa do poder local, o BE abstém-se na votação do Plano e Orçamento para 2017.

O Bloco de Esquerda ao ter votado com uma abstenção, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, reafirmou a coerência de princípios que defende para a vida do Município da Moita e dos cidadãos que aqui vivem.”

2. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI

“O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI) constitui receita dos municípios nos termos da alínea a) do art. 14º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

Cabe aos municípios, em conformidade com o estabelecido nos nºs 5 e 13 do artigo 112º do Decreto-Lei nº287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), definir anualmente a taxa aplicável aos prédios urbanos, para vigorarem no ano seguinte, entre os limites constantes na alínea c) do nº1 do mencionado artigo (0,3% a 0,45%) e comunicar a deliberação da Assembleia Municipal à Autoridade Tributária até 30 de novembro.

Desta forma, considerando que a receita decorrente da liquidação de IMI se reveste de primordial importância para a gestão orçamental e financeira do município, e considerando o compromisso de

execução do plano de saneamento financeiro em curso, em conjugação com o atual enquadramento social e económico das famílias portuguesas, propõe-se ao abrigo do nº5 do art. 112º do Decreto-Lei nº287/03, de 12 de novembro:

- Que a taxa de imposto municipal sobre imóveis para os prédios urbanos novos, transmitidos e reavaliados no domínio da vigência do CIMI seja de 0,38%, nos termos da alínea c) do nº1 do art. 112º do CIMI.

Mais se propõe, que a presente proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do nº1 do art. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.”

Após a apresentação, e explicação, da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que em relação à taxa do IMI, esta tem sido, também, motivo de muitas intervenções ao longo das reuniões, para já regista como positivo a atitude do executivo ter baixado mais um ponto o valor do IMI, o que quer dizer que também fez efeito todas as insistências para que se baixasse esta taxa, atendendo que também estavam a haver mais receitas e olhando a questão dos munícipes, uma vez que havia o fator social a ter em conta e reforça dizendo que pensa que é positivo a atitude do executivo ao baixar a taxa do IMI, no entanto apresentou uma proposta alternativa que diz ter uma coerência do ano passado para este ano, o Bloco de Esquerda mantém a sua proposta de 0,35, porque foi aquela que apresentaram no ano passado e os argumentos não se alteraram, portanto pensam que deveria haver essa situação e daí ter entregue a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Sr. Vereador Vítor Duarte – Disse que é com agrado que verificam que há da parte do executivo camarário um abaixamento na proposta de IMI, de certa forma era uma ideia que já tinham aflorado, no entanto mantendo a coerência de propostas apresentadas anteriormente, mantiveram a proposta de 0,35, entregando, então, a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

As propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista encontram-se abaixo descritas.

Proposta sobre a taxa do IMI a aplicar em 2017 apresentada pelo Bloco de Esquerda

“Considerando que:

1. A manutenção de taxas elevadas, contribui para agravar dramaticamente a qualidade de vida da generalidade dos munícipes do Concelho, já a braços com uma profunda crise que eles próprios não provocaram.
2. Quer a redução de verbas a atribuir ao poder local por parte da administração central, quer os financiamentos pretendidos pela Câmara Municipal, não podem servir de justificativo para esta não reduzir mais a taxa de IMI.

3. Uma diminuição da taxa do IMI, mesmo pequena que seja, significará aliviar as dificuldades das famílias e dos cidadãos do Concelho da Moita, em particular os de menores recursos. Por outro lado, esta medida ajudará a economia local e, conseqüentemente, as pequenas empresas, reduzindo a carga fiscal que se apresenta bastante onerosa.
4. A diminuição da taxa de IMI ainda mais se impõe, tendo em conta a situação muito difícil em que vivem as famílias no atual contexto, em que se sente o efeito de crise, motivado pelo agravamento fiscal levado a cabo pelo anterior governo PSD/CDS.

Com base nestes pressupostos propõe-se, que os prédios urbanos, novos, transmitidos e reavaliados no domínio da vigência do CIMI, a redução a partir de 1 de Janeiro de 2016 da taxa para 0,35%, nos termos da alínea c), do nº1, do artigo 11.2º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.”

Proposta sobre a taxa do IMI a aplicar em 2017, apresentada pelo Partido Socialista

“Registamos como positivo, o facto de neste Orçamento se propor uma ligeira diminuição no valor da taxa de IMI a receber pela Autarquia.

Estando conscientes das dificuldades financeiras que o País e as Câmaras Municipais atravessam, entendemos ser ainda possível reduzir um pouco mais a taxa de IMI, aliviando assim a carga fiscal das famílias do nosso Concelho.

Desta forma propomos que a taxa de IMI a cobrar pela Câmara Municipal da Moita seja de 0,35%.”

Após as intervenções, o Sr. Presidente submeteu as propostas apresentadas a votação tendo recaído sobre as mesmas a seguinte deliberação:

- a proposta apresentada pelos vereadores do PS e a proposta apresentada pelo vereador do BE foram reprovadas por maioria com cinco votos contra da CDU e quatro a favor do PS e BE.

- a proposta constante da Ordem do Dia foi aprovada por maioria com cinco votos a favor da CDU e quatro votos contra do PS e BE.

A proposta aprovada será submetida à Assembleia Municipal.

3. LANÇAMENTO DE DERRAMA

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, de acordo com o nº1 do art. 18º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

Assim, tendo presente a atual conjuntura económica e a realidade empresarial do Concelho da Moita, não descurando o facto de a receita proveniente da derrama de IRC ajudar a garantir o equilíbrio do orçamento corrente, propõe-se para o ano de 2017:

- Que a Câmara Municipal delibere isentar do pagamento de derrama os sujeitos passivos com volume de negócios até 150.000 euros, nos termos do nº4 do art. 18º, em conjugação com o nº2 do art. 16º, ambos da Lei das Finanças Locais;
- Que a Câmara Municipal delibere aprovar o lançamento de uma derrama de 1,5% sobre os sujeitos passivos com volume de negócio superior a 150.000 euros, nos termos do nº1 do art. 18º da Lei das Finanças Locais.

Mais se propõe, que a presente proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do nº1 do art. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.”

Após a apresentação, e explicação, da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Em relação a esta proposta disse que já recorda dos anos anteriores em que também andavam com esta situação, e pensa que é positivo haver uma isenção por uma parte de empresas, em relação à outra parte fica sempre uma dúvida e já no ano passado, lembra-se, que se falou sobre isto, será que temos uma ideia de quantas empresas há no Concelho? Não temos, e será que no Município temos uma ideia do que é que se arrecadou, do ano passado para este ano, com a aplicação desta percentagem?

Sr. Presidente – Disse que se arrecadou cerca de 200 mil euros.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Portanto assim dá para ter uma ideia, portanto há um determinado número de empresas que ultrapassa este valor, só que não se sabe quantas empresas e quem são.

Sr. Presidente – Esclareceu que os municípios, através da Associação Nacional de Municípios, tem colocado essa questão de pedir aos governos que determinem que a Autoridade Tributária tem que fornecer estes elementos às câmaras e a verdade é que até agora não foram fornecidos e quando alguma câmara o tenta fazer, individualmente, a resposta é sempre negativa dizendo que são matérias de sigilo fiscal e que não dão indicação de quanto é que cada uma das empresas paga.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – E com esse fator, o que é que acontece, podíamos pensar baixar a aplicação para incluir mais umas empresas, mas quais e quantas, não se sabe, ou seja anda aqui uma nuvem, mas já ao tempo que anda nisto, já no ano passado falou-se sobre isto, portanto não sabe como se ultrapassar esta situação no entanto pensa que esta questão de se ter em consideração que há uma isenção, pelo menos, para aquelas empresas, e que se calhar deve ser o grosso da coluna, porque no extrato empresarial não existem grandes empresas, assim de milhões. Disse ainda que a proposta em termos de considerar uma benesse, pelo menos, para um determinado número de empresas, pensa ser importante e é um sinal que a Câmara dá que estão atentos.

(Mudança de cassetete)

Sr. Vereador Pedro Aniceto – ... pequenas empresas, temos aí à porta, em Lisboa, um evento mundial que é constituído, basicamente, por pequenas e micro empresas e no entanto não deixa de ser, um alfobre tremendo, e esse alfobre, para termos uma couve decente, se calhar, temos que plantar cinquenta ou sessenta e quando há pouco falou nas Grandes Opções, era para dizer que se deve olhar para essa atração, também passa por aí, é de alguém que sai de uma escola cheio de vontade de fazer qualquer coisa, tentar criar as suas próprias ferramentas, portanto, se houver dez mil micros ficaria muito contente e troca por cinquenta pequenas, porque significa que há fixação, que há gente e que há economia local, ou seja, que há pessoas que em vez de irem gastar dinheiro no Montijo ou no Barreiro, por muito pouco que seja, por muito que seja uma renda num espaço de co-working ou uma conta de telefone num operador, que o façam no Concelho, mas também não fazemos muito pelos pequenos e temos uma Escola Profissional e temos Escolas Públicas, como há dias foi recordado, e muito bem, são pessoas que mais tarde ou mais cedo vão entrar na roda empresarial, o emprego mudou extraordinariamente e hoje vemos, por exemplo na sua área que é a tecnológica, existem miúdos de dezoito, dezanove anos que não tem medo de fazer a mala, e se amanhã estão a trabalhar na Califórnia, daqui a dez anos na Irlanda ou quinze em Londres, já não é uma questão de pressão é uma questão de mercado global e de competitividade onde as pessoas são boas e se o são, são em qualquer lugar e vê exemplos, curiosos, de gente que vai para concelhos mais longínquos, nomeadamente na tecnologia, os centros de desenvolvimento, e sobre estes não pensem que é uma pirâmide de gente, estamos a falar, às vezes, de dez, quinze pessoas que se isolam e que estão a trabalhar projetos, a um ano, com acessibilidade por estrada que moram em Lisboa, ou que moram noutro grande centro e que rapidamente se põem em qualquer lado e aqui não recorrem, obviamente, à rede de transportes públicos, que já foram piores, lembrando a sua experiência pessoal em que veio para a Moita pelo preço, quando não tinha mais nenhum tipo de responsabilidade o seu fator foi literalmente o preço mas os anos vão passando, a família vai-se constituindo e as responsabilidades vão aumentando e o número de itens que entram na escolha de um sítio para viver vai sofrendo alterações e percebe que a pessoa pense em mercados, em hospitais, em auto-estradas e em sítios onde se possa divertir, portanto temos que olhar para a fixação, e a fixação era também um olhar a esses empreendedores pequeninos que por algum lado têm que começar e em vez de começarem num espaço noutro concelho, possam começar no Concelho da Moita.

Sr. Vereador Edgar Cantante – Disse que o PS relativamente à Derrama, a posição que tiveram o ano passado vão manter a contraproposta de 1.2 porque isto representava uma redução na receita na ordem dos 35.000 euros/ano, e pensamos que valia a pena experimentar e é por essa razão que apresentámos a proposta de 1.2 em vez de 1.5 relativamente ao escalão acima dos 150.000.

Sr. Presidente – Disse que admite que os resultados não estejam ainda a ter expressão e que por isso falta fazer muita coisa, mas no âmbito da rede de empregabilidade e daquilo que depois foi constituído, a rede de apoio ao desenvolvimento local com os dois municípios Moita e Barreiro e com uma série de parceiros, onde está, por exemplo, a Escola Técnico-Profissional e onde estão diversos parceiros que tem também expressão e pode vir a ter alguma materialização no âmbito da LBC, que é aquela criação deste Quadro Comunitário que são as iniciativas de desenvolvimento local, de base comunitária que foi apresentada uma candidatura, gerida pela ADREPES, a ADREPES é uma associação onde o Município da Moita também é sócio, que gere estes fundos e onde foi apresentada e candidatada uma DLBC urbana, para intervir nas zonas urbanas deprimidas que inclui os territórios da Baixa da Banheira, do Vale da Amoreira, do Lavradio, portanto dos dois municípios, replicado os parceiros que estão na tal rede em que os objetivos passam também por aqui, é uma das intenções que se apontam de se vir a concretizar é um ninho de empresas, é uma incubadora, enfim qualquer coisa cujo nome, no fim, logo se verá, para além de uma série de iniciativas, onde essas sim, tem tido melhor expressão e tem já tido alguma concretização de apoio à procura de emprego, de apoio à formação, de apoio à aproximação

entre quem procura e oferece emprego, através das empresas que tem participado, já se fizeram quatro fóruns, portanto quatro anos consecutivos em que se faz a apresentação do trabalho desenvolvido pela rede, os objetivos, vai-se realizar o quinto em Novembro, portanto estas preocupações existem e está-se a trabalhar nelas, somos parte destas dinâmicas, mas não estão ainda concretizados todos os objetivos, está-se ainda numa fase em que, por exemplo, a incubação de empresas, não se concretizou efetivamente, mas está nas intenções e está-se a procurar dar os passos para se chegar lá.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse que vai estar atento à apresentação, e vai explicar porquê, percebe que esta parceria já exista há alguns anos, não sabe exatamente quantos, mas já perguntou a esta rede de empregabilidade, uma vez, se havia algum relatório, ou algum, que lhe dissesse o que já foi feito nesta matéria e pura e simplesmente não foram capazes de produzir uma linha de informação a não ser enviá-lo para um site que não nos diz absolutamente nada, e isto recordou-lhe uma história antiga em que o Steve Jobs tinha muito mau feitio e quando encontrava pessoas nos elevadores submetias, durante trinta segundos, a perguntas tremendas, e um dia encontrou um engenheiro no elevador, que estava um bocadinho aterrorizado, porque ele infundia algum respeito, e perguntou “E você o que é que faz aqui?” e o homem ficou um bocado atabalhoado e disse “Bem já vi que não sabe o que é que faz por cá portanto vá-se embora”, e quando perguntou à rede de empregabilidade, porque gostava de ver números uma vez que fala-se sempre em zonas deprimidas, na ajuda, temos parcerias para auxílio, mas quando chega a hora de dizer, ok digam lá quantas pessoas, efetivamente, passaram pela organização, empregáveis ou não, há uma inércia, uma incapacidade de dizer se foram cinco ou dez, ninguém diz nada é como se tivessem que existir instituições cheias de boas intenções, e não está a julgá-las porque conhece mal, mas disse que lhe mostrassem um relatório de atividades porque deve haver e responderam-lhe que não existe que a informação que têm está no site, e o que está no site é apenas intenções, portanto, da outra vez, quando sugeri, ao Presidente, este passo, efetivamente, este falou-lhe nesta Associação, folga em saber que por quatro vezes apresentaram resultados, mas a verdade é que estará atento à apresentação deste quinto.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que ainda bem que se voltou a falar da rede de empregabilidade e dos efeitos da mesma porque de certa forma este é um tema que lhe toca muito uma vez que pertence a um órgão que faz parte da rede de empregabilidade, que é o Centro de Formação das Escolas do Barreiro e Moita, e estão na rede desde o início, e como é óbvio não se iria hoje e aqui fazer o balanço da rede mas temos umas perceções e é claro que isto tem que ter algumas leituras, como por exemplo, a rede tem vários objetivos, no seu entender, um primeiro objetivo, talvez fosse algo que não é quantificável, que é instituir um espírito de rede entre uma comunidade onde até determinada altura sentiu-se que cada um estava no “seu quintal” a trabalhar, mas se calhar estão a trabalhar em áreas que outros também o estão, portanto é este o sentido de rede, trabalho de parceria, trabalho colaborativo, portanto esta rede ainda “é um bebé” em relação ao caminho que tem que ser percorrido, alguma coisa foi conseguida neste sentido, vê, por exemplo, entre as escolas, estas são uma área sempre muito querida, mas cada escola vive o seu mundo e através de algum trabalho de rede conseguiu-se romper alguns “cubos de gelo” e hoje é interessante ver como é que as escolas através da oferta formativa, que é um tema que demorou um tempo, as escolas trazerem os seus planos, as suas necessidades e as suas potencialidades, à rede, portanto tem havido um trabalho, que por vezes pensa que é de bastidores mas é um sentimento, porque hoje com muita facilidade sentam-se à mesma mesa, a nível das escolas, as duas escolas profissionais (que são privadas), a EST Barreiro que é a instituição de ensino público e todas as escolas públicas, isto há um tempo atrás não era muito habitual cada um puxava por si, havia uma concorrência mas se todos estavam a trabalhar na mesma área que é a educação porque não se havia de partilhar, sabemos que há interesses muito próprios, nem se interfere na dinâmica de cada um, mas tem havido um exercício cívico muito importante que pode dar alguma base, algum patamar para que se possa dar outros voos. Em relação a outros casos

concretos, já tem permitido, através, porque isto tem assento em instituições de índole social, autarquias, educação e em termos empresariais e o que é que tem dado, tem dado para que se possa medir também o campo empresarial e este é um campo que está muito afastado disto, desta partilha, quer dizer se é difícil numa escola e as coisas vão abrindo, alguns empresários vêm ao apelo e ouvem o que temos para dizer, porque neste espírito de parceria há sempre alguém que vai ver o que é que aponta e que leve para resolver o seu problema e a pouco e pouco tem havido uma pedagogia de trabalho, de parceria e de partilha, pensando que os fóruns têm sido momentos importantes porque tem proporcionado a apresentação de projetos que quem está na região nem sabia, tem-se levantado potencialidades de emprego que se desconhecia, tem-se encontrado através de projetos, por exemplo dos CSBL que estão no terreno e vão fazendo levantamento dos desempregados e até os encaminham para certos projetos, portanto tem havido alguma pista de vida para algumas pessoas, mas falta aquilo que o Vereador Aniceto dizia, como por exemplo a questão do tal ninho de empresas poderá ser uma grande ambição desta rede, mas ainda estamos a percorrer um caminho e é um trabalho difícil, o trabalho em rede é muito bonito mas na prática sente-se que ainda existem muitas dificuldades e isto é uma aprendizagem e nem tudo tem corrido bem neste trabalho de rede, tem havido várias nuances e pensa que falta dar um passo em frente que é na concretização de algumas ideias, como por exemplo, no último fórum de rede era “Rio, um mar de oportunidades” e realmente cruzam-se até a nível central, se calhar, a intervenção de ministérios, a intervenção de estruturas como a CCDR, as autarquias, associações locais, portanto há uma série de questões de cruzamentos que realmente não é carregar num botão e já foi conseguido, mas vamos partir para o quinto fórum e para além daquilo tudo que lá se for dizer, vamos ver o que é que se arranja de concreto para se dar um passo em frente para que tudo tenha visibilidade, como por exemplo, o crescer de envolvimento das pessoas em termos de empregabilidade e desenvolvimento da Região.

Sr. Vereador Pedro Aniceto- Disse não ter dúvidas que existem projetos, só que existem modelos que se esgotam, olhando-se para trás, nos últimos dez anos, e andámos este tempo a ouvir falar que as universidades tem que conversar com as empresas, digam-lhe, pois, um projeto decente que tenha nascido, pensa que se esgotou e morreu, de repente toda a gente fala em capital de risco, de startups e de microempresas e esse foi arrumado, dizer-se que já se vai no quinto fórum mas ainda não conseguimos dizer quantas pessoas é que empregámos no Concelho é uma espécie de “a operação foi um êxito e correu lindamente mas o doente não aguentou”, é dizer-se que é bonito, há coisas que funcionam, há milagres a funcionar porque conheceu coisas feitas com base nisto, a Associação Cais é um exemplo, consegue ir para o terreno, tem poucas “gorduras” organizacionais, praticam fóruns, pegam em assistentes sociais a sair das universidades, põem-nos no terreno, é duríssimo, é preciso, quase, que um complexo de apoio aos miúdos, porque são miúdos que estão a sair das universidades para o terreno e vão fazer desde levantamentos camarários de bairros ilegais, problemas sociais de droga, fazem-no numa base de estágio e quando chegam à sua primeira candidatura de emprego, muitos dos miúdos pedem-lhe ajuda para fazer um currículo, e este é importantíssimo, mas não têm nada para por no currículo, mas não tem problema algum porque é preciso começar por algum lado, tentar nem que seja com uma microestrutura que diga que tem um núcleo capaz de lhes proporcionar apoio e dos livrar de um período de carência de uma renda, de um espaço onde se possa servir, nem que seja de uma caixa postal, que os possa ajudar.

Sr. Presidente – Disse que esses dados existem e tem sido apresentados, ou seja, os dados dos usuários da rede têm sido apresentados nos fóruns, num pequeno relatório que é sempre ali mostrado, se estão no site ou em qualquer outro sítio isso já não sabe dizer, mas irão ter oportunidade no próximo mês, de aprofundar esse assunto e não deixar passar esse aspeto quantitativo da questão.

A proposta apresentada pelo Partido Socialista encontra-se abaixo transcrita.

Proposta para a taxa da derrama a aplicar em 2017, apresentada pelo Partido Socialista

“À semelhança da posição que tomámos nos anos anteriores, concordamos com a proposta apresentada pela maioria CDU relativamente à isenção desta taxa para as empresas que tenham uma faturação inferior a 150.000€.

Quanto às Empresas cujo volume de negócios exceda os 150.000€/ano, propomos de novo uma redução na taxa de 1,5% para 1,2%, como forma de atrair novas Empresas, criar mais emprego e por essa via, mais desenvolvimento e qualidade de vida no nosso Concelho.

Apesar da quebra nas receitas, que se estima que seja na ordem dos 35.000€/ano, estamos convencidos que com esta alteração, o balanço final seria muito mais positivo.”

Após as intervenções, o Sr. Presidente submeteu as propostas apresentadas a votação tendo recaído sobre as mesmas a seguinte deliberação:

- a proposta apresentada pelos vereadores do PS foi reprovada por maioria com cinco votos contra da CDU, três votos a favor do PS e uma abstenção do BE.

- a proposta constante da Ordem do Dia foi aprovada por maioria com cinco votos a favor da CDU, três votos contra do PS e uma abstenção do BE.

A proposta aprovada será submetida à Assembleia Municipal.

O Partido Socialista apresentou a declaração de voto que abaixo se transcreve.

Declaração de voto

“Entendemos que a situação de desemprego no País e em particular no nosso Concelho deve merecer toda a nossa atenção, não só porque não se tem conseguido atrair novas Empresas como algumas das existentes têm reduzido o seu número de trabalhadores. Nesse sentido a conquista de novos investimentos deve ser uma das principais prioridades, solicitando e pressionando todos os intervenientes no processo para que assumam as suas responsabilidades.

Temos defendido na aprovação dos orçamentos anteriores a redução da taxa de 1,5% para 1,2% porque estamos convencidos que esta medida é um dos meios ao nosso alcance que pode trazer mais emprego ao nosso Concelho.

No entanto, a maioria CDU assim não o tem entendido ao não aceitar as nossas propostas e continuar a insistir na taxa máxima de 1,5%.

Por estas razões votámos favoravelmente a proposta que apresentámos e votámos contra a proposta apresentada pela maioria CDU.”

4. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS

“Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº1 do artigo 78º do CIRS, nos termos do nº1 do art. 26º da Lei nº73/2003, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de Dezembro do ano anterior à qual a que respeitam os rendimentos.

Desta forma, considerando que a receita proveniente do Orçamento de Estado, por via da liquidação deste imposto, garante o equilíbrio corrente das contas do Município da Moita e considerando também as premissas levadas em consideração para a execução do plano de saneamento financeiro em curso, proponho:

- Que a Câmara Municipal delibere manter a taxa de participação no IRS em 5% nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 25º e nº1 do artigo 26º, ambos da Lei das Finanças Locais.

Mais se propõe, que a presente proposta seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Vítor Duarte – Disse terem uma proposta diferente da apresentada, que vem na sequência de propostas anteriores em que mantêm as mesmas expectativas e os mesmos considerandos, portanto a proposta ora apresentada é que haja uma redução para 0,4, que foi aquilo que apresentaram nos anos anteriores e que mantêm.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que da parte do Bloco de Esquerda não trazem nenhuma proposta em alternativa, de certa forma também compreendem a atitude de não ser aplicada a Lei das Finanças Locais e que acaba por recair, muito, sobre os municípios uma série de exigências que depois não são cumpridas a outra parte das contrapartidas, no entanto também acabam por ter algumas dúvidas nesse ressarcir da população porque também não acham que é por aí que isso vai ser um fator de justiça para todos os municípios e daí a posição, face a esta dúvida, ser de abstenção.

A proposta apresentada pelo Partido Socialista encontra-se abaixo transcrita.

Proposta para a taxa de participação do Município no IRS a aplicar em 2017

“Considerando mais uma vez que o equilíbrio Orçamental se deve obter através da redução da despesa e não do aumento da receita por via fiscal, e que por esta via serão sempre os mesmos a pagar, os nossos munícipes:

Propomos como efetuado nos anos anteriores, que a taxa de IRS seja reduzida para 4%”

Após as intervenções, o Sr. Presidente submeteu as propostas apresentadas a votação tendo recaído sobre as mesmas a seguinte deliberação:

- a proposta apresentada pelos vereadores do PS foi reprovada por maioria com cinco votos contra da CDU, três votos a favor do PS e uma abstenção do BE.

- a proposta constante da Ordem do Dia foi aprovada por maioria com cinco votos a favor da CDU, três votos contra do PS e uma abstenção do BE.

A proposta aprovada será submetida à Assembleia Municipal.

O Partido Socialista apresentou a declaração de voto que abaixo se transcreve.

Declaração de voto do Partido Socialista

“Na proposta apresentada pelo PS, sobre a taxa de IRS, pareceu-nos pertinente os considerandos apresentados na mesma, ou seja a sua redução de 5% para os 4%, ao não obter concordância por parte do Executivo Camarário a esta proposta, os vereadores do Partido Socialista votam contra a proposta apresentada pela maioria.”

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sr^a Vereadora Vivina Nunes

5. MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO 2017

“O atual modelo de gestão na administração pública consagra que, a cada ano de planeamento e execução orçamental, se promova a elaboração de mapas de pessoal que integram os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades e competências dos serviços.

A Lei nº35/2014, de 20 de junho, estabelece no âmbito da gestão de recursos humanos a criação de mapas de pessoal, constituídos por postos de trabalho, os quais, em face das atribuições e competências dos serviços municipais e dos recursos financeiros disponíveis, têm vindo através de imperativos legais objetivos a ser diminuídos a cada ano, designadamente em face dos últimos Orçamentos de Estado.

No estrito cumprimento das atribuições e competências do Município e, conseqüentemente, no funcionamento dos serviços e na manutenção do serviço público, o mapa de pessoal agora proposto enquadra a política municipal de recursos humanos, alicerçada numa gestão previsional de efetivos que atende aos constrangimentos legais e financeiros, mas garante a manutenção de todos os postos de trabalho existentes e ocupados pelos trabalhadores municipais.

Neste sentido e em articulação direta com a proposta de orçamento municipal para 2017, o mapa de pessoal considera:

- Os postos de trabalho existentes, são preenchidos ou ocupados por trabalhadores contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Os trabalhadores em mobilidade intercarreiras ou categorias (19), em categoria superior ou em carreiras de grau de complexidade funcional superior, encontram-se a ocupar estes lugares;
- Os cargos dirigentes previstos.

O presente instrumento de gestão dos recursos humanos que se propõe contém assim um total geral de 769 postos de trabalho;

Assim, como resume o quadro síntese, que faz parte integrante do mapa de pessoal para 2017, dos 769 postos de trabalho, 739 estão ocupados, 14 encontram-se cativos/vagos e 5 vagos, respetivamente, 1 para dotar o Gabinete de Sistemas de Informação, Auditoria e Qualidade, de um posto de trabalho correspondente à Carreira de Especialista de Informática por forma a assegurar as funções de conceção e aplicação ao nível de gestão e arquitetura de sistemas de informação, infraestruturas tecnológicas e engenharia de software, 3 para dotar a Divisão de Educação de três postos de trabalho na área operacional designadamente Auxiliares de Ação Educativa e 1 que corresponde ao Gabinete Veterinário Municipal por aposentação do Médico Veterinário e por fim 11 a criar, 1 referente a regresso de um técnico superior (engenharia agronómica) da situação de licença sem remuneração e 10 para a contratação de assistentes operacionais (7 jardineiros e 3 cantoneiros de limpeza) por forma a colmatar as carências de pessoal manifestadas pelos respetivos serviços.

Nestes termos, submeto a presente proposta de mapa de pessoal a aprovação da Câmara Municipal e posterior remessa à Assembleia Municipal, para deliberação nos termos da alínea o) do nº1 do art. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Questionou quantos lugares estão ocupados por avençados, ou seja, dos contratos que foram sendo feitos, quantas pessoas, efetivamente, prestam serviço a recibo verde, talvez seja a solução mais fácil de saber em relação a este número de trabalhadores.

Srª Vereadora Vivina Nunes – Disse que não dispõe, neste momento, dos números exatos uma vez que não veio munida com a pasta onde tem estes dados, mas pensa que serão muito perto dos trinta, não ultrapassarão com certeza este número, mas está-se a falar da maior parte destas avenças que tem a ver com os monitores da piscina que fazem as pontas, portanto são técnicos da área que fazem as pontas da piscina e não horário completo até porque não fazia sentido uma vez que existem professores contratados para estarem o dia inteiro, no entanto as pontas é onde cresce o nível de trabalho e existem normalmente estas pessoas com contratos de avença, e estes são onze, portanto é logo um número volumoso, no que diz respeito aos auxiliares de ação educativa e por via das questões que tem a ver com as autorizações para as necessidades educativas especiais e também para o acréscimo que vai acontecendo de ano para ano da abertura de jardins-de-infância, neste momento, também temos sete avençadas nessa área, continuando a descrição e acrescentando que neste momento não está munida com todos os dados, mas irá com certeza fornecê-los.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Disse saber porque é que esta situação existe e todos sabem porque é que existe mas não deixa de configurar uma situação contra com a qual, noutros fóruns, nos manifestamos contra e depois acabamos por ser obrigados a praticar o mal, o chamado falso recibo verde das pessoas que tem a sua atividade com horário e com instalações.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que também está de acordo e pensa que ao longo destes anos a Câmara veio-se a ressentir de políticas que foram de emagrecimento a vários níveis, por exemplo de financiamentos e também das pessoas, a legislação que foi sendo criada foi sempre de bloqueio a que as pessoas que iam saindo não eram substituídas e daí também comunga da preocupação de haver serviços que acabam por não ter capacidade de resposta devido a esse emagrecimento das pessoas, regista como positivo o facto de haver a possibilidade de haver uma criação de mais alguns postos de trabalho, na parte da jardinagem e dos cantoneiros, pensando que esse fator é positivo, portanto o seu sentido de voto, também em anos anteriores tem feito isto, sempre, vai-se abster e fazer declaração de voto porque isto tem a ver com uma gestão de recursos humanos à qual, como não tem pelouro atribuído não tem acesso a essa gestão, mas respeita a gestão que é feita e pensa que deverá ser a mais adequada à realidade do Concelho.

Sr^a Vereadora Vivina Nunes – Disse que não tendo, propriamente, a ver com a proposta mas faz todo o sentido ser dito qual é o sentimento neste momento na proposta de Orçamento de Estado quando continuasse a ver que as carreiras na função pública ficam congeladas mais um ano, que os trabalhadores não tem direito a progressão nas carreiras e isto é constrangedor porque há bastantes anos que os trabalhadores não veem valorizado o seu trabalho pensando que isto é de assinalar que é com algum pesar que veem este tipo de situação que continua a acontecer de ano para ano, era este registo que gostava de deixar porque pensa que todos, no executivo, tem este mesmo sentimento, acrescentando que este Orçamento de Estado poderia ter ido, ou podia ter dado, e esperemos que ainda vá dar porque ainda não está votado, poderia contribuir um pouco mais para estas questões da valorização do trabalho. Assinalou, ainda, a grande vitória dos trabalhadores da função pública ao conseguirem, durante este ano, que continuassem as 35 horas de trabalho, pensando que foi uma grande vitória dos trabalhadores com muita luta, mas que também da maior parte dos municípios teve este empenho e foi uma luta que foi conseguida e isso é de salientar como positivo, como negativo, efetivamente, os trabalhadores não serem reconhecidos nas suas carreiras e na sua progressão.

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com quatro abstenções do PS e BE.

Submeter à Assembleia Municipal.

O Bloco de Esquerda apresentou declaração de voto que abaixo se transcreve.

Declaração de voto

“Quero dizer aqui o que já disse na minha intervenção inicial que ao ter-me abster nesta matéria é porque relaciono este assunto como um assunto de gestão de recursos humanos e daí deixo aos respetivos pelouros essas competências e daí não votei contra, mas acho que votar a favor era estar a entrar numa área que não tenho interferência.”

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezoito horas e cinquenta minutos. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA